

PROJECTO DE DECRETO REGULAMENTAR DA
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE

18 de Março de 2010

[Preâmbulo]

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 Maio.

Assim:

Nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição e do n.º 4 do artigo 40.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 105/97, de 29 de Abril, 1/98, de 2 de Janeiro, 35/2003, de 27 de Fevereiro, 121/2005, de 26 de Julho, 229/2005, de 29 de Dezembro, 15/2007, de 19 de Janeiro, 35/2007, de 15 de Fevereiro, 270/2009, de 30 de Setembro e ____/2010, de_ de _____, o Governo decreta o seguinte:

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma regulamenta o sistema de avaliação do desempenho estabelecido no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, adiante abreviadamente designado por ECD.

Artigo 2.º

Âmbito

O disposto no presente decreto regulamentar aplica-se aos docentes integrados na carreira, aos docentes em período probatório e aos docentes em regime de contrato, nos termos legalmente estabelecidos.

Capítulo II

Avaliação do desempenho dos docentes integrados na carreira

Secção I

Princípios, âmbito e periodicidade

Artigo 3.º

Princípios

- 1- A avaliação do desempenho do pessoal docente desenvolve-se de acordo com os princípios consagrados no artigo 39.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e nos artigos 40.º a 49.º do ECD.
- 2- A avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos, bem como a valorização e o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, mediante acompanhamento e supervisão da prática pedagógica, no quadro de um sistema de reconhecimento do mérito e da excelência.
- 3- Além dos objectivos estabelecidos no n.º 3 do artigo 40.º do ECD, a aplicação do sistema de avaliação do desempenho deve ainda permitir diagnosticar as necessidades de formação dos docentes, devendo estas ser consideradas no plano de formação de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sem prejuízo do direito a auto-formação.

Artigo 4.º

Dimensões e domínios da avaliação

- 1- A avaliação incide sobre as seguintes dimensões do desempenho dos docentes:
 - a) Vertente profissional, social e ética;
 - b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
 - c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa;
 - d) Desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.
- 2- As dimensões referidas no número anterior aferem-se com base nos domínios previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 45.º do ECD, nos termos aí definidos, e na apreciação do grau de cumprimento dos deveres específicos da profissão docente estabelecidos nos artigos 10.º-A a 10.º-C do ECD.

Artigo 5.º

Periodicidade

A avaliação do desempenho dos docentes integrados na carreira desenvolve-se em ciclos de dois anos lectivos e reporta-se ao serviço prestado nesse período.

Artigo 6.º

Requisito de tempo para avaliação do desempenho

- 1- A avaliação do desempenho dos docentes integrados na carreira realiza-se desde que, no período de tempo em avaliação, tenham prestado serviço docente efectivo durante, pelo menos, um ano lectivo, independentemente do estabelecimento de ensino onde exerceram funções.
- 2- No caso dos docentes que não preencham o requisito de tempo mínimo para avaliação, o desempenho relativo a esse período é objecto de avaliação conjunta com o do período de avaliação imediatamente seguinte.
- 3- O disposto no n.º1 aplica-se aos docentes abrangidos pelos n.ºs 6 e 7 do artigo 40.º do ECD que optem pela primeira avaliação do desempenho após o regresso ao serviço docente efectivo, prevista na alínea b) do n.º 6.
- 4- O disposto no número anterior é igualmente aplicável aos docentes que, nos termos legais, se encontrem em exercício de funções no ensino português no estrangeiro, recrutados por associações de portugueses ou entidades estrangeiras, públicas ou privadas, que promovam e divulguem o ensino da língua e da cultura portuguesas.

Artigo 7.º

Elementos de referência da avaliação do desempenho

A avaliação do desempenho tem por referência:

- a) Os padrões de desempenho docente estabelecidos a nível nacional, sob proposta do Conselho Científico para a Avaliação de Professores;
- b) Os objectivos e as metas fixados no projecto educativo e nos planos anual e plurianual de actividades do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada;

c) Os objectivos individuais, sempre que o avaliado pretenda a fixação prévia dos parâmetros do seu contributo individual para os objectivos e as metas referidos na alínea anterior e/ou para áreas relevantes do seu desenvolvimento profissional.

Artigo 8.º

Objectivos individuais

- 1- A apresentação de objectivos individuais tem carácter facultativo e corresponde à formulação, pelos docentes interessados, de uma proposta que permita, no final do período de avaliação, melhor aferir o respectivo contributo para a concretização dos objectivos constantes da alínea b) do artigo anterior e/ou para áreas relevantes do desenvolvimento profissional do docente.
- 2- Os objectivos individuais são propostos pelo avaliado ao director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, considerando-se tacitamente aceites se, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua entrega, o director não der qualquer indicação em contrário.
- 3- Os objectivos individuais podem ser redefinidos em função da alteração do projecto educativo ou dos planos anual e plurianual de actividades, bem como quando se verifique uma mudança de estabelecimento de educação ou de ensino.
- 4- Sempre que sejam apresentados objectivos individuais, estes constituem referência da auto-avaliação e da avaliação final.

Artigo 9.º

Observação de aulas

- 1- A observação de aulas é facultativa, só tendo lugar a requerimento dos interessados, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2- A observação de aulas constitui condição necessária para:
 - a) Obtenção das menções qualitativas de *Muito Bom* e *Excelente*;
 - b) Progressão aos 3.º e 5.º escalões da carreira, nos termos estabelecidos no n.º 3 do artigo 37.º do ECD.
- 3- A observação abrange, pelo menos, duas aulas leccionadas pelo avaliado em cada ano lectivo.

Artigo 10.º

Instrumentos de registo

- 1- Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, deve ser recolhida, em cada ano lectivo, toda a informação que for considerada relevante para efeitos da avaliação do desempenho.
- 2- Os instrumentos de registo da informação referida no número anterior são aprovados pelo conselho pedagógico do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, tendo em conta os padrões de desempenho docente e as recomendações do Conselho Científico para a Avaliação de Professores.
- 3- Sem prejuízo da existência de cópias na posse dos avaliadores ou em arquivos de segurança, os originais dos instrumentos de registo são arquivados, logo que preenchidos, no processo individual do docente, tendo este livre acesso aos mesmos.

Secção II

Intervenientes

Artigo 11.º

Avaliado

- 1- O docente tem direito à avaliação do seu desempenho, que deve contribuir para os objectivos definidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 40.º do ECD.
- 2- Constituem deveres do docente proceder à respectiva auto-avaliação como garantia do envolvimento activo e responsabilização no processo avaliativo e melhorar o seu desempenho em função da informação recolhida durante o processo de avaliação.
- 3- É garantido ao docente o conhecimento de todos os elementos que compõem o procedimento de avaliação do desempenho.
- 4- É garantido ao avaliado o direito de reclamação e recurso.

Artigo 12.º

Comissão de coordenação da avaliação do desempenho

- 1- Em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, a avaliação do desempenho dos docentes é coordenada e directamente acompanhada por uma comissão de coordenação constituída

no âmbito do conselho pedagógico e na qual deve ser assegurada a representação de todos os níveis de educação e ensino existentes no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2- A comissão de coordenação da avaliação do desempenho tem a seguinte composição:

- a) Presidente do conselho pedagógico, que preside;
- b) Três outros docentes do conselho pedagógico, eleitos de entre os respectivos membros.

3- Compete à comissão de coordenação da avaliação do desempenho:

- a) Assegurar a aplicação objectiva e coerente do sistema de avaliação do desempenho, designadamente tendo em conta os planos anual e plurianual de actividades, bem como as especificidades do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, e de acordo com as recomendações do Conselho Científico para a Avaliação de Professores;
- b) Elaborar a proposta dos instrumentos de registo a que se refere o artigo 10.º;
- c) Definir regras de elaboração simplificadas e padrões mínimos de uniformização do relatório de auto-avaliação a apresentar pelos avaliados;
- d) Assegurar a aplicação das percentagens máximas fixadas nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 21.º do presente diploma e o cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 46.º do ECD.

4- Para efeitos do disposto na alínea d) do número anterior, a comissão de coordenação da avaliação do desempenho deve transmitir a todos os relatores as orientações adequadas a fim de garantir que as propostas de avaliação final respeitam as referidas percentagens.

Artigo 13.º

Júri de avaliação

1- A avaliação do desempenho do pessoal docente compete a um júri de avaliação composto pelos membros da comissão de coordenação da avaliação do desempenho e por um relator, designado pelo coordenador do departamento curricular a que pertença o docente avaliado.

2- O coordenador do departamento curricular coordena e supervisiona o trabalho desenvolvido pelos relatores do seu departamento.

3- A escolha do relator deve obedecer aos seguintes critérios:

- a) Pertencer ao mesmo grupo de recrutamento do avaliado e ter posicionamento na carreira e grau académico iguais ou superiores ao deste, sempre que possível;
- b) Ser, preferencialmente, detentor de formação especializada em avaliação do desempenho.

4- Quando se trate da avaliação de docente com posicionamento mais elevado na carreira, o relator é o próprio coordenador do respectivo departamento, desde que pertença ao mesmo grupo de recrutamento, ou, quando não seja o caso, o docente do mesmo grupo de recrutamento com posicionamento na carreira mais próximo do avaliado.

5- Compete ao júri de avaliação:

- a) Proceder à atribuição fundamentada da classificação final a cada avaliado, sob proposta do relator;
- b) Emitir recomendações destinadas à melhoria da prática pedagógica e à qualificação do desempenho profissional dos avaliados;
- c) Aprovar o programa de formação para os docentes aos quais seja atribuída a menção de *Regular* ou *Insuficiente*;
- d) Apreciar e decidir as reclamações.

6- As decisões do júri de avaliação são tomadas por maioria simples.

Artigo 14.º

Relator

1- O relator é o membro do júri de avaliação responsável pelo acompanhamento do processo de desenvolvimento profissional do avaliado, com quem deve manter uma interacção permanente, tendo em vista potenciar a dimensão formativa da avaliação do desempenho.

2- Compete ao relator:

- a) Prestar ao avaliado o apoio que se mostre necessário ao longo do processo de avaliação, nomeadamente no que se refere à identificação das suas necessidades de formação;
- b) Proceder à observação de aulas, sempre que a ela haja lugar, efectuar o respectivo registo e partilhar com o avaliado, numa perspectiva formativa, a sua apreciação sobre as aulas observadas;
- c) Apreciar o relatório de auto-avaliação e assegurar a realização de uma entrevista individual ao avaliado, quando este a requeira, nos termos do artigo 19.º;
- e) Apresentar ao júri de avaliação uma ficha de avaliação global, que inclui uma proposta de classificação final;

f) Submeter ao júri de avaliação, apreciando proposta do avaliado, a aprovação autónoma de um programa de formação, cujo cumprimento é ponderado no ciclo de avaliação seguinte, sempre que proponha a classificação de *Regular* ou *Insuficiente*.

3- Os relatores que não exerçam em exclusividade as funções referidas no n.º 6 do artigo 35.º do ECD beneficiam de uma redução de um tempo lectivo por cada três docentes em avaliação.

Secção III

Procedimento de avaliação

Artigo 15.º

Calendarização

1- A avaliação do desempenho realiza-se até ao termo do ano civil em que se completar o ciclo temporal a que se refere o artigo 5.º.

2- O calendário anual de desenvolvimento do processo de avaliação, incluindo os prazos máximos de duração de cada uma das fases, é fixado pelo director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 16.º

Elementos do processo de avaliação

O processo de avaliação é constituído pelos seguintes elementos obrigatórios:

- a) Relatório de auto-avaliação;
- b) Ficha de avaliação global.

Artigo 17.º

Auto-avaliação

1- A auto-avaliação tem como objectivo envolver o avaliado no processo de avaliação, promovendo a reflexão sobre a sua prática docente, desenvolvimento profissional e condições de melhoria do desempenho.

2- A auto-avaliação é obrigatória e concretiza-se através da elaboração de um relatório a entregar ao relator em momento anterior ao preenchimento, por este, da proposta de ficha de avaliação global.

3- O relatório de auto-avaliação constitui elemento essencial a considerar na avaliação do desempenho, devendo abordar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) Auto-diagnóstico realizado no início do procedimento de avaliação;
- b) Breve descrição da actividade profissional desenvolvida no período em avaliação;
- c) Contributo do avaliado para a prossecução dos objectivos e metas da escola;
- d) Contributo do avaliado para a qualidade do serviço educativo prestado e das aprendizagens dos alunos;
- e) Elementos essenciais do desenvolvimento profissional do avaliado no período em avaliação;
- f) Balanço e análise pessoal sobre as actividades lectivas e não lectivas desenvolvidas, por referência aos objectivos previstos no artigo 7.º;
- g) Identificação da formação realizada e dos seus benefícios para a prática lectiva e não lectiva do docente;
- h) Proposta de programa de formação.

4- O relatório é acompanhado, em anexo, dos registos de assiduidade, de cumprimento do serviço distribuído e da participação em projectos e actividades, bem como de certificados comprovativos da formação contínua ou especializada concluída e de eventuais graus académicos obtidos ao longo do ciclo de avaliação.

Artigo 18.º

Apreciação realizada pelo relator

1- O relator aprecia o relatório de auto-avaliação, ponderando o respectivo conteúdo no sentido de uma avaliação objectiva do desempenho no período em apreciação e considerando os elementos de referência constantes do artigo 7.º, com vista à determinação do respectivo grau de cumprimento.

2- No caso de ter havido lugar a observação de aulas, o relator também a pondera, bem como a apreciação efectuada com o avaliado sobre essas aulas.

3- São igualmente consideradas, em função do seu contributo para a melhoria do desempenho profissional, todas as acções de formação contínua acreditadas, independentemente do ano da sua realização, desde que não tenham sido consideradas em anteriores avaliações do desempenho, bem como outras actividades de formação, incluindo a auto-formação.

4- A apreciação é registada na ficha de avaliação global, da qual consta a proposta do relator de pontuação dos diversos domínios de avaliação, bem como de classificação final.

5- A proposta de classificação final referida no número anterior é comunicada pelo relator, por escrito, ao avaliado.

Artigo 19.º

Entrevista individual

1- Recebida a comunicação referida no n.º 5 do artigo anterior, o avaliado dispõe de cinco dias úteis para requerer, por escrito, a realização de uma entrevista individual com o relator, para apreciação conjunta dos elementos do processo de avaliação referidos no artigo 16.º e da qual é elaborada acta.

2- No caso de não ser requerida a entrevista individual, ou quando o avaliado a ela não comparecer sem motivo justificado, considera-se tacitamente aceite por este a classificação proposta.

Artigo 20.º

Ficha de avaliação global

1- A ficha de avaliação global sintetiza e pondera todos os domínios relevantes para a avaliação, designadamente funcionais e pedagógicos, e regista a atribuição da classificação final e a respectiva menção qualitativa.

2- Os domínios referidos no número anterior são pontuados na escala de 1 a 10.

3- Quando um docente não puder ser avaliado nalgum dos domínios constantes da ficha de avaliação global, nomeadamente por não ter exercido determinadas funções, deve ser feita a reconversão da escala de classificação para que, em abstracto, seja possível na avaliação dos restantes domínios atingir a classificação máxima prevista no n.º 1 do artigo 21.º.

4- A ficha de avaliação global é aprovada por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, sob proposta do Conselho Científico para a Avaliação de Professores.

Artigo 21.º

Resultado final

1- O resultado final da avaliação do docente é expresso nas seguintes menções qualitativas, correspondentes às classificações de:

- a) *Excelente* - 9 a 10 valores;
- b) *Muito bom* - 8 a 8,9 valores;
- c) *Bom* - 6,5 a 7,9 valores;
- d) *Regular* - 5 a 6,4 valores;
- e) *Insuficiente* - 1 a 4,9 valores.

2- Tem de existir uma correspondência total entre a menção qualitativa atribuída e a classificação, devendo esta situar-se no respectivo intervalo.

3- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as menções qualitativas são atribuídas tendo em conta os padrões de desempenho docente.

4- A diferenciação dos desempenhos é garantida pela fixação das percentagens de 5% e 20% para a atribuição das menções qualitativas de, respectivamente, *Excelente* e *Muito Bom*, em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

5- As percentagens referidas no número anterior podem ser acrescidas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública e educação, tendo por referência os resultados obtidos pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na respectiva avaliação externa.

6- A atribuição das menções qualitativas de *Bom*, *Muito Bom* e *Excelente* depende do cumprimento, respectivamente, de 95%, 97% e 100 % do serviço lectivo distribuído em cada um dos anos a que se reporta o ciclo em avaliação.

7- Para o cômputo do serviço lectivo a que se refere o número anterior, além da actividade lectiva registada no horário de trabalho do docente, considera-se, ainda, a resultante da permuta de serviço lectivo com outro docente, bem como as ausências legalmente equiparadas a serviço docente efectivo.

8- À atribuição da menção qualitativa de *Excelente* aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 46.º do ECD.

Artigo 22.º

Avaliação final

- 1- O júri de avaliação procede à análise dos elementos do processo de avaliação, aprecia a proposta apresentada pelo relator e atribui a menção qualitativa e a classificação final, mediante o seu registo na ficha de avaliação global.
- 2- No caso de se ter realizado a entrevista referida no artigo 19.º, o júri de avaliação deve ponderar as questões suscitadas pelo avaliado.
- 3- Além da avaliação final, o júri de avaliação pode emitir recomendações destinadas à melhoria da prática pedagógica e à qualificação do desempenho profissional do avaliado.
- 4- A avaliação final é comunicada, por escrito, ao avaliado, sendo-lhe dado conhecimento da menção qualitativa e da correspondente classificação.

Secção IV

Garantias

Artigo 23.º

Reclamação

- 1- O avaliado pode apresentar reclamação escrita ao júri de avaliação no prazo de 10 dias úteis, contados da data da comunicação referida no n.º 4 do artigo anterior.
- 2- A reclamação não pode fundamentar-se na comparação entre as avaliações atribuídas, salvo quando for motivada pela aplicação das percentagens máximas para a atribuição das menções qualitativas de *Muito Bom* ou *Excelente*.
- 3- A decisão da reclamação é proferida no prazo máximo de 15 dias úteis.

Artigo 24.º

Recurso

- 1- Da decisão de atribuição da avaliação final, bem como da decisão sobre a reclamação prevista no artigo anterior, cabe recurso para um júri especial de recurso, com a seguinte composição:
 - a) Um elemento designado pela respectiva Direcção Regional de Educação, que preside;
 - b) O relator;

- c) Um docente indicado pelo recorrente, de entre os docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
- 2- O recurso é interposto no prazo de 10 dias úteis contados da tomada de conhecimento da decisão da reclamação.
- 3- A decisão do recurso é proferida no prazo de 10 dias úteis contados da data da sua interposição.
- 4- O recurso não pode fundamentar-se na comparação entre as avaliações atribuídas.

Capítulo III

Regimes especiais de avaliação do desempenho

Artigo 25.º

Regime de avaliação do docente em período probatório

- 1- A avaliação do desempenho do docente em período probatório é realizada no final do mesmo e reporta-se à actividade nele desenvolvida, tendo por objectivos:
- a) Reconhecer êxitos, superar eventuais deficiências, bem como diagnosticar e resolver dificuldades de adaptação ao contexto escolar;
 - b) Detectar as dificuldades experimentadas nos domínios científico e pedagógico-didáctico e respectivas formas de correcção ou ajustamento;
 - c) Aferir da qualidade do desempenho do docente, face ao perfil profissional exigível.
- 2- A avaliação do desempenho do docente em período probatório tem por base o cumprimento de um plano individual de trabalho a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 31.º do ECD, visando aferir:
- a) A capacidade de integração profissional do docente na função a desempenhar, através do cumprimento de determinados objectivos e metas;
 - b) A capacidade de adaptação ao meio escolar em geral e a interacção com os alunos, nas seguintes componentes:
 - i) Informação científica;
 - ii) Observação e prática pedagógica dentro da sala de aula;
 - iii) Envolvimento nas actividades da comunidade educativa.

3- O plano individual é estabelecido entre o docente em período probatório e o docente que exerce as funções de acompanhamento e apoio, nas primeiras duas semanas do início da actividade do avaliado.

4- O plano individual de trabalho a que se refere o número anterior compreende:

- a) O diagnóstico das necessidades e potencialidades do docente em período probatório, a fim de fundamentar as opções do plano;
- b) O planeamento devidamente apoiado e acompanhado de, pelo menos, uma unidade de ensino;
- c) O desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem no domínio da sua especialidade, incluindo a planificação e a operacionalização das seguintes dimensões:
 - i) O diagnóstico das características e necessidades dos alunos face ao respectivo perfil de aprendizagens e competências;
 - ii) A identificação dos objectivos de ensino e aprendizagem;
 - iii) A selecção das estratégias e métodos adequados ao currículo, ao programa e aos alunos;
 - iv) A selecção de materiais didácticos;
 - v) A avaliação do ensino e da aprendizagem
- d) A assessoria da direcção de uma das turmas de que é docente;
- e) A participação no projecto educativo e no plano anual do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

5- O docente acompanhante desempenha as competências de avaliação atribuídas ao júri de avaliação previstas no ECD e no presente decreto regulamentar.

6- A observação de aulas corresponde a, pelo menos, quatro unidades didácticas que perfaçam no mínimo doze horas por ano de aulas.

7- O acompanhamento implica a realização de reuniões regulares, designadamente antes e depois das aulas observadas, no sentido de apreciar e melhorar as estratégias de planeamento, realização da actividade lectiva e avaliação das aprendizagens.

8- A realização da auto-avaliação e da avaliação efectuada pelo docente acompanhante implica a adopção de instrumentos de registo, referenciados aos padrões do desempenho docente e articulados com os adoptados no agrupamento de escolas ou escola não agrupada para a avaliação do desempenho docente.

9- Os procedimentos a que se refere o número anterior são promovidos pelo menos 20 dias antes do termo do período probatório.

Artigo 26.º

Avaliação dos docentes em regime de contrato

1- A avaliação do pessoal docente contratado realiza-se no final do período de vigência do respectivo contrato e antes da sua eventual renovação, desde que tenha prestado serviço docente efectivo, em qualquer das modalidades de contrato, durante, pelo menos, seis meses consecutivos no mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2- Podem ainda ser avaliados, desde que o requeiram, os docentes contratados que tenham prestado serviço efectivo, em qualquer das modalidades de contrato, entre, pelo menos, 30 dias e seis meses consecutivos no mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

3- Os procedimentos de auto-avaliação e de avaliação são promovidos pelo menos 20 dias antes do termo do respectivo contrato.

Artigo 27º

Avaliação dos docentes contratados das disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística

São dispensados de avaliação, a menos que a requeiram, os docentes contratados para as actividades de leccionação das disciplinas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística, a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro, não incluídas em qualquer dos grupos de recrutamento previstos no Decreto-Lei nº 27/2006, de 10 de Fevereiro, e nas Portarias n.ºs 693/98, de 3 de Setembro, e 803/2007, de 24 de Julho.

Artigo 28.º

Avaliação de docentes com funções de coordenação

1- As funções exercidas pelo coordenador do departamento curricular são avaliadas pelo director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde o avaliado presta funções, sendo ponderados:

- a) Os domínios de avaliação previstos no artigo 45.º do ECD;
- b) O exercício da actividade de coordenação;

c) O exercício da actividade de avaliação dos docentes.

2- Pode ser considerada na avaliação do coordenador do departamento curricular a apreciação realizada pelos docentes do correspondente departamento quanto ao exercício da actividade, com o limite máximo de ponderação de 10%.

Artigo 29.º

Avaliação de docentes sem actividade lectiva

Os docentes sem actividade lectiva são avaliados pelo serviço que lhes tiver sido distribuído, não lhes sendo aplicável o disposto no presente diploma quanto a observação de aulas e os n.ºs 6 e 7 do artigo 21.º.

Artigo 30.º

Avaliação de docentes em regime de mobilidade

1- Os docentes que exerçam outras funções em regime de mobilidade nos serviços e organismos da Administração Pública e não desempenhem cargos dirigentes são avaliados nos termos do sistema integrado de avaliação de desempenho em vigor para o pessoal técnico superior ou técnico da Administração Pública, com as especialidades previstas nos números seguintes.

2- Se todo o período de avaliação referido no artigo 5.º decorrer em situação de mobilidade a que alude o número anterior, é atribuída ao docente a menção qualitativa que corresponda à atribuída no sistema integrado de avaliação do desempenho, nos termos definidos por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação e da Administração Pública.

3- Caso algum dos anos lectivos do ciclo de avaliação, nos termos do artigo 5.º, decorra em situação de mobilidade prevista no n.º 1, a avaliação do desempenho obtida nesse ano é considerada como elemento informativo para a avaliação do desempenho no âmbito do agrupamento de escolas ou escola não agrupada que incida sobre o ano lectivo antecedente ou subsequente.

4- Quando, durante o período em avaliação, se verificar uma situação de mobilidade em estabelecimentos de ensino da rede pública, os elementos informativos colhidos necessários a uma justa e adequada avaliação acompanham o docente.

Artigo 31.º

Avaliação de docentes em outras situações

- 1- Aos directores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas aplica-se o regime estabelecido para a avaliação do desempenho do pessoal dirigente intermédio da Administração Pública, estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.
- 2- Os directores são avaliados pelo director regional da educação.
- 3- Os subdirectores e adjuntos são avaliados pelo respectivo director.
- 4- Os directores dos centros de formação das associações de escolas são avaliados nos termos dos n.ºs 1 e 2.

Artigo 32.º

Aplicação subsidiária

Em tudo o que não estiver especialmente regulado no presente capítulo, é aplicável à avaliação do desempenho dos docentes em regime probatório, em regime de contrato, em exercício de funções de coordenação de departamento curricular, ou em regime de mobilidade, o disposto no capítulo II.

Capítulo IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 33.º

Divulgação

Após a conclusão do processo de avaliação, são divulgados na escola os resultados globais da avaliação do desempenho, por menção qualitativa, mediante informação não nominativa, bem como o número de docentes não sujeitos a avaliação do desempenho.

Artigo 34.º

Acompanhamento

- 1- O processo de avaliação do desempenho é acompanhado pelo Conselho Científico para a Avaliação de Professores, no âmbito global do sistema educativo.

2- O Ministério da Educação assegura o funcionamento de um gabinete de apoio à avaliação que, a nível central, tomando por referência as recomendações do Conselho Científico para a Avaliação de Professores, garante o apoio técnico e o aconselhamento necessário à boa execução do processo de avaliação.

Artigo 35.º

Monitorização e controlo

1- No final do período de avaliação, cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada apresenta ao Conselho Científico para a Avaliação de Professores um relatório, de acordo com orientações emanadas pelo referido Conselho, sem referências nominativas, sobre o procedimento.

2- Com base nos relatórios referidos no número anterior e na recolha de contributos dos intervenientes no processo de avaliação sobre o modo efectivo do desenvolvimento desse processo, o Conselho Científico para a Avaliação de Professores elabora um relatório síntese da aplicação do sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente.

Artigo 36.º

Responsabilidade dos avaliadores

A não aplicação do sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente por razões imputáveis aos avaliadores determina a cessação das respectivas funções de avaliação, sem prejuízo de eventual procedimento disciplinar.

Artigo 37.º

Ponderação curricular

1- À ponderação curricular prevista no n.º 9 do artigo 40.º do ECD aplica-se o despacho referido no n.º 5 do artigo 43.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2- A ponderação curricular é requerida pelo docente nela interessado ao director do agrupamento de escolas ou escola não agrupada no início do ano lectivo imediato ao período de tempo a que a mesma respeita, sendo o requerimento acompanhado da documentação comprovativa do exercício

de cargos, funções ou actividades, bem como de outros documentos que o requerente considere relevantes.

3- No caso de a ponderação curricular abranger apenas um ano lectivo, a avaliação nela obtida deve ser considerada como elemento informativo para a atribuição da avaliação global do desempenho no correspondente ciclo de avaliação.

Artigo 38.º

Procedimentos em curso

Os elementos produzidos em procedimentos de avaliação em curso à data da entrada em vigor do presente diploma e que não o contrariem podem, a pedido do avaliado, ser considerados no ciclo de avaliação de 2009-2011.

Artigo 39.º

Docentes de Ensino de Português no Estrangeiro

1- Os docentes a que se refere o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º ___/2010, de ___ de _____, que solicitem a avaliação do seu desempenho, entregam documento escrito de auto-avaliação, não sujeito a regra formal de elaboração, mas do qual deve constar, pelo menos, o disposto nas alíneas a) a f) do n.º 4 do artigo 17.º.

2- Em anexo ao documento previsto no número anterior, o docente pode incluir todos os documentos que considere relevantes para a apreciação do seu desempenho no período em avaliação.

3- À avaliação efectuada pelo coordenador do ensino português no estrangeiro aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 18.º.

4- Nos casos em que, por razões de mudança de titular do cargo ou outras, o coordenador do ensino português no estrangeiro em exercício não tenha tido contacto funcional com o avaliado, a avaliação do desempenho efectua-se por ponderação curricular, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 37.º.

Artigo 40.º

Norma revogatória

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º ___/2010, de ____ de ____, são revogados os Decretos Regulamentares n.ºs 2/2008, de 10 de Janeiro, 11/2008, de 23 de Maio, 1-A/2009, de 5 de Janeiro, e 14/2009, de 21 de Agosto.

Artigo 41.º

Entrada em vigor

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e das Finanças

A Ministra da Educação